

PARLAMENTO EUROPEU

2004



2009

Documento de sessão

2.4.2008

B6-0135/2008

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

apresentada na sequência de declarações do Conselho e da Comissão

nos termos do n.º 2 do artigo 103.º do Regimento

por Pasqualina Napoletano

em nome do Grupo PSE

sobre a situação no Tibete

Resolução do Parlamento Europeu sobre a situação no Tibete

O Parlamento Europeu,

- Tendo em conta as suas resoluções precedentes sobre a China e sobre o Tibete,
- Tendo em conta o n.º 2 do artigo 103.º do seu Regimento,
- A. Considerando a violenta repressão das manifestações que reuniram numerosos tibetanos,
- B. Considerando que estes trágicos acontecimentos demonstram que alguns activistas da juventude tibetana não dão mostras da mesma moderação e que é, por conseguinte, necessário reforçar a credibilidade de autoridades morais moderadas partidárias da não-violência,
- C. Considerando o apelo do Dalai Lama à não-violência e ao reatamento das negociações com as Autoridades chinesas, a fim de se chegar a um acordo político global no quadro da República Popular da China,
- D. Considerando que só por via pacífica e através de um diálogo sincero será possível lograr uma solução duradoura,
- E. Considerando as riquezas minerais e hídricas do Tibete e os vultuosos investimentos públicos efectuados pelas Autoridades chinesas, sobretudo com vista à modernização das infra-estruturas,
- F. Considerando que, no quadro da política de sedentarização, milhares de nómadas tibetanos foram expulsos das suas terras ancestrais e se encontram numa situação de pobreza endémica,
- G. Considerando que, na ausência de um princípio de solução, é possível que, no próximo ano, ocorram novos confrontos por ocasião do quinquagésimo aniversário da sublevação de 1959, que esteve na origem do exílio do Dalai Lama,
- H. Considerando que a imprensa estrangeira apenas tem um acesso ao Tibete muito limitado e muito controlado pelas autoridades políticas,
- 1. Condena a repressão desproporcionada por parte das forças da ordem, bem como todos os actos de violência, e felicita-se pelos apelos do Dalai Lama à não-violência;
- 2. Exprime a sua solidariedade à população tibetana, em todas as suas componentes, e apresenta as suas condolências às famílias das vítimas;
- 3. Solicita a libertação de todos os presos políticos que não sejam responsáveis por actos de violência;

4. Declara-se favorável ao envio de observadores da Organização das Nações Unidas e de uma comissão de inquérito sobre os acontecimentos sangrentos recentes e sobre as acusações de detenções arbitrárias, actos de tortura e recusa de cuidados de saúde aos feridos, a fim de evitar a sua reprodução no futuro;
5. Solicita às Autoridades chinesas que franqueiem as fronteiras do Tibete à imprensa estrangeira e aos diplomatas, e em particular aos representantes da União Europeia;
6. Apela ao diálogo e a uma solução pacífica, no respeito dos direitos humanos, que abranja, sem excepções, todas as componentes étnicas e religiosas;
7. Lamenta que as seis sessões de negociações entre as Autoridades chinesas e o Dalai Lama não tenham sido concludentes e solicita o início de um diálogo construtivo que permita chegar a um acordo político global;
8. Solicita que a questão do Tibete seja levantada no quadro do Diálogo UE/China sobre os direitos humanos;
9. Lança um apelo às Autoridades chinesas para que permitam a todas as minorias viver plenamente e sem discriminações as respectivas tradições culturais, espirituais, religiosas e linguísticas no quadro do respeito mútuo;
10. Insiste na necessidade de as Autoridades chinesas respeitarem a liberdade religiosa de todas as pessoas;
11. Formula o desejo de que todas as componentes da população tibetana possam usufruir do desenvolvimento económico;
12. Congratula-se pelo apelo do Dalai Lama para que não se boicotem os Jogos Olímpicos;
13. Solicita ao Conselho, e mais particularmente à sua Presidência, que siga os acontecimentos com atenção e que vele pela coesão de uma posição comum da União Europeia e pela aplicação das decisões adoptadas em consequência;
14. Reitera o seu pedido ao Conselho para que seja nomeado um "enviado especial da União Europeia" para as questões tibetanas;
15. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, aos parlamentos dos Estados-Membros, ao Presidente e ao Primeiro-Ministro da República Popular da China, assim como ao Comité Olímpico e às Autoridades tibetanas no exílio.